

A DOCTRINA MENEZES: UMA INTRODUÇÃO À GEOPOLÍTICA DA ÁSIA DO PACÍFICO PARA UMA URGENTE REFLEXÃO EM BENEFÍCIO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Renato Thomaz Borges¹

RESUMO

O artigo versa sobre a ascensão da Ásia do Pacífico como o novo palco das relações internacionais no século XXI. Temos como objetivo apontar como se formam as principais relações de cooperação e conflito naquela região e como se revela o equilíbrio de poder entre a China e os Estados Unidos no cenário do Oceano Pacífico. Disso feito, nossa contribuição baseia-se na elaboração de uma estratégia para os formuladores de política brasileiros para

1 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em História das Relações Internacionais (UERJ) e em Geopolítica (International Geopolitics Reporters Association). Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão - João Lyra Filho, 9º andar, Bloco F, sala 9037, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ - Cep: 20550-013. E-mail para contato: renatotborgesn@gmail.com

a incorporação do problema geopolítico asiático a fim de nos prepararmos para desafios e ameaças que acometerão a América do Sul e o mundo num futuro próximo.

Palavras-chave: Ásia do Pacífico; Política Externa Brasileira; Geopolítica.

THE MENEZES DOCTRINE: AN INTRODUCTION TO ASIA-PACIFIC GEOPOLITICS FOR A PRESSING REFLECTION THAT BENEFITS THE BRAZILIAN FOREIGN POLICY IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

The article verses on the rise of Asia-Pacific as the new stage of international relations in the 21st century. Our goal is to point out how has been formed the main relationships of cooperation and conflict in the region and the balance of power between China and the United States in the Pacific Ocean checkerboard. Thus, this piece intends to create a strategy for the Brazilian foreign policy makers to incorporate the Asian geopolitical issue and to prepare the country for the challenges and threats that overhang South America and the world in the near future.

Keywords: Asia-Pacific; Brazilian Foreign Policy; Geopolitics.

INTRODUÇÃO

O recém-adquirido papel da Ásia do Pacífico como novo centro do comércio mundial é um fato há muito inevitável. A ascensão do Oriente nas questões globais vem sendo acompanhada desde a década de 50, quando os povos asiáticos e não alinhados da periferia, no auge da Guerra Fria, se reuniram em Bandung, na Indonésia, para discutir

um caminho alternativo, não alinhado e autônomo de ideologia política e desenvolvimento nacional sem a interferência das duas superpotências que equilibraram a ordem bipolar do sistema internacional. Foi a partir da década de 70 e 80, no entanto, que a Ásia, representada por um Japão desenvolvido pela tendência “*High-Tech*”, por uma República Popular da China de visão mercadológica sob os auspícios do progressista líder chinês Deng Xiaoping e pelos ímãs de investimentos diretos das grandes potências chamados “*Tigres Asiáticos*” despontaram no horizonte do Oceano Pacífico como países de relevância multidimensional² em trabalhos acadêmico-analíticos³.

Para as Américas, localizadas no que o geógrafo britânico Halford Mackinder considerava o “*Crescente Marginal*” do grande continente eurasiático (DA COSTA, 2008), o impacto causado pelo que ocorre nas bordas da Eurásia e, daí, do crescimento asiático nas relações internacionais é de grandeza tectônica. Para a América do Norte, o berço do *Hegemon* da sociedade internacional do século XX e XXI, a ascensão de uma Ásia que privilegie o regionalismo e afaste a onipresença norte-americana é de suma importância para a política externa dos Estados Unidos. Um Japão ou uma China – a última sendo a hipótese mais aguardada na contemporaneidade -, de projeção leste-oeste, continental e marítima, que bloqueie a participação estadunidense na região estratégica que o grande continente engloba em si mesmo é uma ameaça tão insustentável quanto a expansão dos impérios japonês e alemão na Segunda Guerra Mundial e da União Soviética, ao longo da Guerra Fria (SPYKMAN, 2008; BRZEZINSKI, 1997).

Para a América do Sul, a emergência de uma Ásia do Pacífico e as consequências para o subcontinente é de similar prioridade para a consecução dos interesses nacionais e regionais dos países latino-americanos. Para o Estado brasileiro é a causalidade geopolítica de sua necessária geoestratégia do novo milênio. Admitida como a substituta do Japão nos cenários americanos, a China se afirmou no ano de 2014 o

2 Entendemos multidimensional como conjunto de características de análise de um Estado ou região, como o componente militar, econômico, comercial, financeiro, político, estratégico e de segurança.

3 De meados da década de 80 até o fim da década de 90, em plena crise financeira, a região da Ásia do Pacífico já era responsável por um índice médio de crescimento de 8% ao ano, representando um quarto da produção mundial e dois terços dos gastos globais de capital (GILPIN, 2004).

país líder do comercial global, ultrapassando os Estados Unidos⁴. Indo além, os chineses são os principais parceiros comerciais do Brasil e são possuidores de grande parte dos investimentos estrangeiros na América do Sul⁵. E, opondo-se às recomendações de Brzezinski para a superpotência norte-americana, a China do novo milênio é debatida em torno de sua proclamada “ascensão pacífica” ou conceito do “mundo harmonioso”, definido como a superação dos conflitos, ou a busca por consenso, que no plano internacional baseiam-se em “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”: não agressão mútua, coexistência pacífica, não intervenção, igualdade de direitos e vantagens mútuas e respeito mútuo da soberania e da integridade territorial dos Estados (GONÇALVES, 2010, p. 528). Ao fim e ao cabo, os cinco princípios se misturam com os demais admitidos pelas potências emergentes que, reunidas em foros multilaterais como o BRICS (Brasil, China, Índia e África do Sul) e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), propõem uma nova estrutura global mais democrática e multipolar.

O fardo da Ásia como alvo das novas relações internacionais é inexorável e dispensa uma pesquisa que objetive qualquer originalidade. Por isso, evitando discutir mais do mesmo, o estudo exposto nestas páginas como introdução à geopolítica do Oceano Pacífico não pretende esgotar o inesgotável de um debate que incha o conteúdo de revistas, anais e livros da área há pelo menos duas décadas. Nossa contribuição é menos ambiciosa no *stricto sensu* ao se encarregar tão somente de lembrar o leitor e leitora brasileiros da importância da Ásia do Pacífico como um caldeirão geopolítico, assim como também manifesta o desejo de indicar as tendências da política internacional contemporânea e das relações de poder que afetarão em breve, e sobremaneira, outros rincões do planeta como a América do Sul. A mensagem aqui proposta é a de iluminar o futuro próximo e, daí, permitir o fomento de nossa resposta.

4 Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-10/china-ultrapassa-eua-na-lideranca-do-comercio-global-em-2013>>. Acesso em: 24/03/2014.

5 A China tem se tornado uma das maiores fontes de investimentos estrangeiros diretos (IED) e, de acordo com a CEPAL, respondeu por aproximadamente 10% dos investimentos anunciados em 2010, sendo os setores extrativos responsáveis em sua maioria por esses investimentos na América Latina. No entanto, segundo Nedal, o Brasil é uma exceção entre estes já que os investimentos chineses no Brasil foram destinados, em grande parte, à mineração, energia, manufaturas, tecnologia e serviços no ano de 2011. Os empréstimos do parceiro asiático seguem a mesma linha, tornando-se um credor essencial para os países da região. Em 2010, os empréstimos chegaram ao montante de US\$ 40 bilhões, “mais do que o Banco Mundial, o BID e o US Ex-Im Bank juntos” (NEDAL, 2013, p.170).

Um Observador em Bandung: A Doutrina Menezes

O de que este Brasil realmente precisa é projetar-se inteiramente, de corpo e alma, em política internacional; não como acólito, mas como mestre de orquestra. Cansamo-nos de saber e de dizer que o mundo se contrai mais a cada dia; que não há problemas nacionais que não se estendam ao plano internacional; no entanto, continuamos a fazer uma política de caramujo, que, quando muito, se arrasta ao sul do nosso continente (MENEZES, 2012, p. 287).

Seis anos antes da provisória abertura dos canais diplomáticos com a China comunista pensada corajosamente – ainda que não a salvo de críticas no plano doméstico -, pela orientação da Política Externa Independente do presidente Jânio Quadros e do seu polêmico sucessor, João Goulart, um experiente diplomata brasileiro iniciava seus escritos dedicados ao Itamaraty, de tom nacionalista e com intenções admoestativas, enquanto visitava a Ásia na oportunidade de observador na Conferência de Bandung. Adolpho de Menezes não foi o primeiro nacional a comentar a importância da Ásia, e particularmente da China, para a sociedade brasileira; no entanto, podemos considerá-lo ícone da advertência de um estudioso e praticante da política internacional sobre a ascensão de uma região cujos recursos potenciais não eram notados por muitos à sua época, mas que hoje não nos deixam dúvidas do tamanho de suas capacidades hegemônicas.

Com certo teor de sarcasmo estampado em palavras selecionadas com a precisão de um poeta romântico, o diplomata censurava a contenção norte-americana na Ásia, o “*Big Stick* contra a China”, considerando-a pouco prudente em relação à imensidão da China como um continente em si mesmo, e inconsequente devido à falta de perspicácia da elite estadunidense em perceber que a Revolução Chinesa era um grito de misericórdia de um milenar e orgulhoso império governante de uma maioria pobre humilhada por forças internas e externas havia um século completo.

Qualquer vitória completa, incondicional, arrasante dos Estados Unidos sobre a China seria, quando muito, uma vitória de Pirro, de caráter altamente provisório, que só tenderia a agravar ainda mais as queixas do oriental contra o branco, pois sempre existirão chineses, não importam quantas bombas hidrogênicas possam ser produzidas e jogadas sobre a vastidão territorial e demográfica daquele imenso país (Idem, p.197).

A inteligência do embaixador brasileiro se revela ao indagar a si mesmo, estimulando os leitores do Itamaraty à reflexão, sobre a possibilidade da China reduzir o ímpeto fanático da ideologia comunista caso as ameaças explícitas advindas do Ocidente fossem reduzidas ao diálogo e à diplomacia fomentados, estes, por um espírito conciliador que trouxesse o Estado asiático para o bom convívio ocidental e permitindo à China, enfim, olhar o Comunismo não como uma estrela-guia, mas apenas como mais uma forma de governo transitório.

Além do mais, o internacionalista sugeria que a utilização do poderio militar estadunidense empregado na coerção aos países europeus como a França, que manteve suas forças imperiais estacionadas na Indochina, constringendo-os na preservação de seus impérios em lugares conturbados como a desta última nação europeia seria mais eficaz do que as alianças e postos militares de contenção no entorno do continente asiático encolerizando os povos orientais. Com isso, poderíamos ousadamente argumentar que a “Doutrina Menezes” baseada na aproximação com os países orientais adiantara duas décadas a estratégia de aproximação com a China adotada por Richard Nixon e seu secretário de Estado, Henry Kissinger, no início dos anos 70.

A Conferência de Bandung

A Conferência de Bandung, na Indonésia, realizada em 1955, reuniu 23 países asiáticos e seis Estados africanos, além de diversos observadores, para discutir laços cooperativos comerciais afro-asiáticos numa demonstração de oposição às práticas colonialistas europeias ainda existentes e ao “neocolonialismo” de ambas as superpotências da Guerra Fria. Desta conferência o mundo observou o nascimento de uma terceira via política no cenário internacional: o Terceiro Mundo.

Proposta nas discussões da Conferência de Bogor, em 1954, Bandung apresentou uma agenda de fato independente. A cooperação econômica, a cooperação cultural, os direitos humanos, o princípio de autodeterminação dos povos, a questão dos países ainda dependentes de uma metrópole externa e, a pedido dos pares africanos, a condenação da discriminação racial foram os principais temas lá debatidos.

Esperavam-se manifestações de hostilidade aos países ocidentais, o que não foi confirmado diante do tom sóbrio e decoroso com que se explanaram os discursos proferidos pelos partícipes. Ademais, não se deu espaço para campanhas ideológicas patrocinadas pela China ou por algum

Estado pária. Zhou Enlai, o primeiro-ministro chinês, externalizou uma imagem humilde e diplomática, expressando a posição da China em buscar o fim da contenda sobre Formosa (Taiwan) com os Estados Unidos e aliviando a tensão reinante que plainava sobre o Extremo Oriente. Para Menezes,

A conferência, que os Estados Unidos julgavam ser um conclave de agents provocateurs, tornou-se justamente um palco para mostras do comedimento dos estadistas e da quase maturidade que já tem a maioria dos países ágio-africanos em política internacional, mesmo aqueles há pouco independentes (Idem, p. 248).

O Japão, nação que atraía a atenção da opinião pública internacional desde suas malfadadas tentativas de consolidação de um império asiático e que se tornou, após a Segunda Guerra Mundial, a pedra de toque dos Estados Unidos na sua contenção contra os comunistas do continente eurasiático, teve uma decepcionante presença na reunião, buscando compromissos e expondo suas posições apenas na esfera econômica. Ainda assim, a participação japonesa foi exitosa ao galgar os primeiros passos em direção a uma reaproximação sino-japonesa após a rivalidade ocorrida ao longo das duas grandes guerras.

Não surpreende o fato de a mídia internacional exagerar em descrições equivocadas sobre os líderes presentes na conferência. Jawaharlal Nehru foi um dos alvos favoritos dos agentes redatores no esforço repetitivo de apresentá-lo como o condutor dos povos asiáticos, fazendo menção inclusive a uma imaginada hierarquia de poder em Bandung onde o líder indiano se encontrava em patamar superior ao de Zhou Enlai. De acordo com nosso autor, o jogo midiático ambicionava, aparentemente, a desunião entre os países africanos e asiáticos preenchendo páginas de textos impressos com argumentos hiperbólicos. A concentração exigida de todos pelos acontecimentos os quais escrevemos era de tal maneira que uma tragédia como o falecimento do físico Albert Einstein nos Estados Unidos não obteve a repercussão que obteve as discussões entre árabes e israelenses naqueles dias na Indonésia.

A Conferência realizada colheu frutos para os países do terceiro mundo e dentre estes podemos citar: o chamamento dos povos afro-asiáticos para o convívio internacional com a China comunista, a exposição de um sistema regional que teve grande reconhecimento pela sociedade internacional, a organização de um esforço de ajuda mútua árabe-oriental,

o estímulo à depreciação da imagem negativa que esses países possuíam para os Estados Unidos e, por último, o maior vigor ao clamor dos povos colonizados na busca de suas independências.

As potencialidades do Brasil rumo à Política Internacional

Na última fração de sua obra sobre os desdobramentos do contexto de Bandung, Adolpho Menezes se aventurou a explicar o potencial brasileiro para a nova conjuntura internacional, onde os países africanos e asiáticos, recém-independentes e pouco amistosos a respeito do mundo ocidental, seriam as peças-chaves para a inserção internacional do Brasil. É para a reprodução desse chamado em especial que se encarrega esta introdução, quando, pois, o Senhor Adolpho Menezes, nosso bem viajado diplomata em terras longínquas, teve a fineza de, como fazia à sua época o político San Tiago Dantas, advogar uma visão realista para o Brasil, “eterno país do futuro”, em direção a uma política externa independente que se atreveria a rejeitar a importação de produtos manufaturados e culturas outras, para formular e disseminar as suas próprias no desejo de “fugir à regra de nos tornarmos consumidores de ideias alheias” (Idem, p.272).

Em exercício comparativo, o autor cuja intenção naquele momento era incitar o pensamento de liderança do Brasil para seus colegas no Ministério apontou as diferenças culturais potenciais entre os Estados Unidos da América e a República brasileira e viu nesta última um elo entre os povos africanos e asiáticos que, caso bem aplicado, faria do Estado brasileiro um intermediário importante entre o Ocidente e Terceiro Mundo e, conseqüentemente, empurraria o país ao pódio das potências dignas do respeito de seus pares. Os Estados Unidos viviam a tensão dos permanentes conflitos de cor que permeou a funesta segregação racial de meados do século passado e o mundo ocidental não podia continuar a nutrir a percepção de que o envio de armas a países que fariam a contenção do urso comunista ou do dragão em ascensão seria o suficiente para o alcance da paz. A necessidade do cortejo aos povos do terceiro mundo é o ensinamento que nos foi revelado em Bandung.

Hoje em dia, na Ásia e na África, para se conseguirem aliados sinceros, capazes de arcar com seu quinhão de sacrifícios em uma eventual hecatombe, será necessário interessá-los no plano das ideias, isto é, não apenas na enunciação de altos princípios morais, mas na sua prática e exemplo (Idem, p. 280).

Diante desses fatos, Menezes pôde encontrar entre as características do povo brasileiro aquelas que nos fazem simpáticos e acolhedores para com a diferença do outro. Por causa de sua formação étnica, o Brasil se posiciona de maneira privilegiada na moderação de ódios semeados, novos e antigos. O país tinha a missão de mostrar ao mundo não ocidental a mestiçagem de sua gente que não se orgulha de tonalidade alguma, apenas de sua boa instrução na aceitação das diferenças que sempre fizeram parte da história da sociedade brasileira. A nação brasileira ainda teria maior hospitalidade no que tange à sua participação na política internacional do que Portugal que, não tendo sido o grande vilão entre os malfeitores colonizadores, tem manchado em sua imagem seu histórico de império, metrópole e invasor de outrora.

Duas orientações são dadas pelo diplomata brasileiro à política internacional do país aos povos afro-asiáticos: uma geral e contemporânea e outra particular e futura. A primeira indica que a postura do Estado brasileiro em meio ao embate ideológico da ex-estrutura bipolar deveria seguir os passos dos Estados Unidos. Entretanto, quando as atitudes do vizinho do Norte se apresentassem banhadas na imprudência e na rudeza do apoio colonialista de seus aliados europeus, o Brasil deveria asseverar sua desaprovação – estas sendo propagandeadas de modo a beneficiar o Itamaraty nas posteriores interpretações da opinião pública internacional.

A segunda orientação do que nos convencemos chamar de “Doutrina Menezes” aposta numa política externa discreta, independente e de longo prazo. Aconselha-se repetir interminavelmente a máxima de que, embora de origens ocidentais, “não somos vinhos da mesma pipa” (MENEZES, *Idem*, p. 292). Instila-se a necessidade de expressar nosso repúdio às supremacias raciais e nosso desapego a discursos colonialistas ou separatistas. E, desconhecidos por aquelas terras, aconselha-se, como de valor psicológico, a tornar trivial a história vitimada de nosso território já cobiçado por holandeses e franceses.

Para que seja formulada uma política externa independente, moderna e pragmática, são indispensáveis meios propagandísticos que nos informe sobre o mundo afora – um déficit de conhecimento da população brasileira que resiste desde os escritos de Menezes -, que instrua os cidadãos do país a pensar além da prática do caramujo e que, concomitantemente, reproduza nossa existência em outros rincões do planeta. Diferentemente do que vem ocorrendo no seio da mídia contemporânea, a visionada pelo autor deveria ter sede de devoção à difusão de nossa “brasilidade” por verdadeiros agentes da imprensa nacional.

Recuperamos, por fim, a crítica de Adolpho Menezes, sem receio de cometer algum equívoco, quanto ao baixo discernimento dos governos brasileiros que de lá para cá ainda não possuem uma política firmada para os povos asiáticos. Para o autor, a culpa repousa principalmente nos próprios cidadãos do gigante sul-americano que ainda não se iluminaram perante o fardo a cada dia maior do poder do Brasil no cenário externo e que exigirá dessa pátria uma postura bem encaminhada nos assuntos de caráter global. Na intenção de que este problema se solucione, é imprescindível que a quantidade de embaixadas brasileiras no estrangeiro se eleve quantitativamente próximas das potências ocidentais e, somado a isso, que se criem maiores instrumentos e se formem e estimulem melhores profissionais nos ramos da informação.

O nosso observador em Bandung, ainda na década de 50, teve a clarividência de apontar a Ásia como a pedra angular da política internacional que viria a ocorrer no futuro do diplomata: o nosso presente. A Conferência, como descreveu Menezes, não foi um mero acaso da história política. Ela deu a partida no que hoje consideramos a inexorável ascensão da Ásia no palco das relações internacionais do século XXI. Conquanto a “Doutrina Menezes” não tenha recebido os devidos créditos dos governos assentados ao longo desses sessenta anos, seu juízo nunca foi tão premente e atual. A Ásia do Pacífico é o cenário capital das relações de poder do sistema internacional do novo milênio.

O Diálogo de Civilizações

Adolpho de Menezes fez questão de ressaltar a necessidade de compararmo-nos aos asiáticos em termos históricos e salientar as semelhanças na qualidade de testemunha do exercício imperial e colonialista dos países ocidentais. Mas ele não foi o único. Sociólogo pernambucano de renome internacional, o professor Gilberto Freyre, advogado do tropicalismo – fase do pensamento sociológico brasileiro de exaltação das culturais tropicais e mestiças como a nação brasileira –, também clamou por uma aproximação entre os povos colonizados da periferia e, mais especificamente, ao longo de sua jornada por entre as colônias portuguesas, fez menção aos laços culturais que uniam países como a Índia, a China e o Brasil.

Criada pelo império português, havia uma *pax lusitana* que, diferente da britânica e da romana, tinha um componente confraternizador em sua essência, própria dos portugueses, desfrutando de maneira

romântica da natureza e dos valores tropicais. Assim sendo, nem na Ásia e nem na América a presença de elementos colonizadores conseguiu fazer do português ou de seu descendente nessas regiões exterminadores natos de nativos e pagãos, ainda que a história deste império não fuja à regra do sangue derramado ao longo do exercício imperialista.

Freyre não reduz a má imagem do império nem absolve a prática imperialista dos portugueses, porém admite que ela foi menos brutal do que as suas demais parceiras europeias e afirma, ainda, que o português soube extra-europeizar-se e tropicalizar-se desde o início de suas aventuras ultramarinas, repassando e ensinando essa tendência aos seus descendentes. Para o sociólogo, as ex-colônias deveriam assegurar o vigor e a unidade de tal civilização luso-tropical fundada pelos ibéricos de Lisboa, agora apenas abstrata, mantida no mundo das ideias, e não mais uma prática colono-territorialista *de facto*.

Na Índia Portuguesa encontra o brasileiro o mesmo ambiente predominantemente luso-tropical que no Brasil. Da Ásia lusitana tem muito a América portuguesa, irmã mais nova (FREYRE, 1953, p. 129).

Ainda que o autor do clássico *Casa Grande e Senzala* tenha se dedicado à relação entre tropicalismo e união literária e linguística, o mesmo foi grande artífice no reconhecimento dos conjuntos transnacionalistas, apontando a política cultural e a difusão desta nos países da periferia de história e legados comuns para que, disto, se formasse uma aliança entre os países ex-colônias. O transnacionalismo cultural de Gilberto Freyre e a sua contribuição para com o descobrimento de elementos compartilhados que insinuam um exercício multilateral entre os brasileiros, indianos, chineses e africanos é uma ideia tão contemporânea quanto foram seus escritos sociológicos.

Em oposição aos escritos de Samuel Huntington sobre a tese do Choque de Civilizações (1998), o pernambucano percebeu a existência de pontes de diálogo e cooperação entre a civilização, podemos dizer, latino-americana, sob a liderança brasileira; a hindu, com a cidade de Goa; e a “sino-confuciana”, com a de Macau. Com o Estado chinês em particular, Macau – a primeira e a última colônia europeia na Ásia -, era para o linguista o elo perdido de uma herança colonial que manteve a língua portuguesa como uma das mais faladas na cidade oriental, o que faz com

que a província de Macau seja um símbolo da união tão bem aclamada por Freyre. Para o autor, ele e os brasileiros são nada mais e nada menos que filhos de uma chamada “China da América.”

Deve haver alguma coisa de semelhante entre o Brasil e a velha mas sempre moça civilização chinesa, com a qual os portugueses estabeleceram, em Macau, profunda aliança, baseada não na força, mas no amor fraternal, não no poder imperial de um sobre outros, mas na compreensão recíproca. Deve haver alguma coisa de semelhante entre a China por assim dizer eterna e o jovem e ainda verde Brasil (FREYRE, 1953, p.239).

Desde os tempos de Gilberto Freyre até o novo mundo pós-hegemônico, a relação sino-brasileira constitui um dos grandes pilares para a manutenção de uma ordem mundial democrática, onde os países emergentes e as regiões antes da periferia do cenário internacional, como a América do Sul e o Sudeste Asiático, procuram sustentar na atualidade um lugar ao sol na política internacional do século XXI. A permanente posição da América Latina como uma subcivilização não-ocidental, na visão de Huntington, ou pós-ocidental, de acordo com Darc Costa (2009), desde sua independência, mantém a rejeição à ideia dos sul-americanos como parte do Ocidente, como sempre nos consideramos, e faz com que se ascenda um sentimento amistoso entre os povos da periferia, nutrindo, com isso, a possibilidade de cooperação independente da distância geográfica. Como asseverou, no Encontro de Líderes, em Brasília, em julho de 2014, o Presidente chinês Xi Jinping:

Esta é a minha segunda viagem pela América Latina e Caribe desde eu assumir a Presidência da China há mais de um ano. Venho visitar amigos e irmãos, com intuito de incrementar a amizade e promover a cooperação. Diz um antigo dito chinês: ‘montes e mares não separam pessoas da mesma ideia.’ Apesar da distância geográfica, os nossos povos são ligados por uma afinidade natural.⁶

Deng Xiaoping confessou certa vez que o verdadeiro século da Ásia do Pacífico, ou da Ásia como um todo, só existirá quando a China, a

6 Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1178718.htm>> Acesso em: 20 jan. 2015.

Índia e os demais países vizinhos alcançarem o pleno desenvolvimento, e “de igual modo não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil” (CABRAL, 2006, p.3). Isto nos evidencia que a relação entre os dois países tendo a América do Sul como o ambiente e o sustentáculo dessa relação intercontinental através do Pacífico era de fundamental importância para os pensadores passados e deve manter-se assim para o século dos emergentes e a prosperidade dos novos países. Depois de uma breve discussão sobre a “Doutrina Menezes” e sobre a “China da América”, analisaremos nas páginas abaixo como o Oceano Pacífico vem se constituindo como o novo palco das relações internacionais.

A Geopolítica do Oceano Pacífico no Século XXI

A importância da geopolítica do Oceano Pacífico não é uma constatação recente. Estudiosos importantes na história do Ocidente já advertiam no início do século passado sobre a possível contribuição que essa fração do planeta daria às relações internacionais, por bem ou por mal. De origem britânica, o primeiro a comentar sobre a ascensão da Ásia na geopolítica das nações foi o influente geógrafo Halford Mackinder, autor que apontaria a Eurásia como o núcleo de todos os grandes conflitos entre forças marítimas e forças continentais e que indicou a China como a substituta do império russo na conquista dessa grande massa de terra e dos litorais que a ela pertencem.

Após esclarecer sua tese sobre os perigos iminentes na grande massa de terra intitulada de Eurásia no artigo de 1904 *The Geographical Pivot of History*, finaliza-o comentando sobre um provável “perigo amarelo” à liberdade do mundo em um momento futuro, no qual, caso a China ampliasse sua frente costeira e acrescentasse as vias oceânicas à autoridade do continente, substituiria a Rússia tornando-se uma grande potência anfíbia e, disto, ampliaria, ainda, sua órbita de poder tanto para o interior da Eurásia quanto para os espaços marítimos tão caros ao Ocidente. Neste caso, conclui que a China se posicionaria como uma potência ao lado dos Estados Unidos – que ainda engatinhavam em sua jornada ao altar das grandes potências -, e o Reino Unido; “construindo uma nova civilização” para o caldeirão cultural das relações internacionais (KAPLAN, 2013).

Ainda que suas ideias sejam debatidas e atualizadas até os dias atuais, Mackinder não foi o único a posicionar os holofotes sobre o Leste Asiático. O general da Alemanha nazista, Karl Haushofer, coordenador de uma das maiores revistas de geopolítica do mundo, influente

catedrático e um homem polêmico por efeito de sua participação indireta⁷ nos cenários geopolíticos que auxiliaram a assessoria do *führer* nos combates bem sucedidos travados na Europa, teve reconhecida sua obra sobre o Pacífico como sua verdadeira e mais original contribuição para o pensamento geopolítico.

Haushofer teve a oportunidade de passar anos da sua vida no império japonês, o que lhe permitiu ter uma visão real daquilo que pesquisava e, com isso, legitimar seus estudos não apenas para sua nação, como também para a nação que ali havia lhe acolhido. Em seus escritos, o general considerava o Pacífico como uma região poderosa que vinha despertando lentamente a consciência de uma unidade que englobava os maiores espaços marítimos e terrestres da Terra (WEIGERT, 1943):

Un espacio gigantesco se está extendiendo ante nuestros ojos com fuerzas que afluyen a el, las cuales, fríamente objetivas, esperan el alba de la era del Pacífico, sucesor de la vieja era del Atlántico, de la caduca del mediterrâneo y de la pequeña Europa (Idem, p. 182).

O autor acreditava que, ao fim e ao cabo, a perda das possessões alemãs no Oceano Pacífico para os aliados contribuiu para que a Alemanha e o Japão se preparassem para uma nova cooperação entre as mesmas, considerando o fato de a Alemanha poder observar os movimentos no Pacífico sem riscos de envolver-se, como acontecera com a Grã-Bretanha, e poder, com isso, hastear a bandeira ao lado do Japão de uma “Ásia para os asiáticos”, povos estes que “lutam, como nós, por seus direitos à autodeterminação e contra os mesmos opressores que nós lutamos [...]” (Idem, p.185).

Desta forma, o pensador militar muito escreveu sobre uma aliança que incluísse o Japão, a Rússia, Índia e China com a Alemanha como membro extrarregional. No entanto, os problemas que afetavam as relações entre a Alemanha e a União Soviética e as desconfianças entre o Japão, a URSS e a China batiam de frente com aquilo que admoestava o general, já que o mesmo asseverava por uma aproximação estratégica entre as mesmas e não por conflitos que se prolongavam e faziam da frente dos

7 Não há provas de que Haushofer tenha participado diretamente no assessoramento de Hitler ou de seu *staff*. No entanto, as revistas de geografia política do autor alemão eram influentes até mesmo fora da Alemanha e tornava-o, querendo ou não, um grande propagador nacional de suas próprias ideias.

“oprimidos” uma desunião rancorosa e cancerígena que adiantou o seu próprio fim. Decepcionado, por fim, com o império japonês cujos objetivos na Segunda Guerra Mundial eram opostos àqueles pregados pelo alemão, Haushofer concluiu que “se pudesse surgir um império com a alma do Japão no corpo da China, seria uma potência que eclipsaria inclusive os impérios da Rússia e dos Estados Unidos” (Idem, p. 204).

Contemporâneos de Mackinder e Haushofer, os norte-americanos Alfred Mahan e Nicholas Spykman também cooperaram com o pensamento geopolítico para o Pacífico. Alfred Mahan, almirante da marinha dos Estados Unidos, não foi apenas o defensor da construção do Canal do Panamá – cuja persistência na busca pelo mesmo tornou a nação estadunidense presente em ambos os oceanos -, mas também um dos principais divulgadores do pensamento marítimo do país e da importância da Ásia para o continente americano.

Para o almirante, a guerra com a Espanha de 1898 foi um dos vários eventos simultâneos que forçou as sociedades a fixarem sua atenção no Leste Asiático e as fez perceber que havia uma necessidade de reajuste das ideias tradicionais sobre as relações internacionais fundamentalmente ocidentais, assim como eram importantes novos cálculos para as políticas nacionais e suas alianças externas. Em uma passagem do seu livro *The Problem of Asia* de 1905, as palavras do autor são contundentes e perspicazes e transmitem a ideia de maior participação da nação nos problemas que afetarão a América:

Under changed conditions of the world, from the influence of which we cannot escape, it is imperative to arouse to the necessity of conscious effort, in order to recognize and to understand broad external problems, not merely as matters of general information or of speculative interest, but as questions in which we ourselves have, or may have, the gravest direct concern, as affecting ourselves or our children (MAHAN, 1905, p. 10).

Em seguimento à visão de Mahan, o geógrafo Nicholas Spykman advertiu os Estados Unidos, ainda na Segunda Guerra Mundial, que sua presença nas bordas da Eurásia, tanto no Ocidente quanto no Oriente, era da mais aguda importância para a manutenção da paz no hemisfério em que se encontram os Estados Unidos. Bebendo nas fontes de Mackinder, Spykman aprofundou-as e criou o conceito de *Rimland*; isto é, a atração

estratégica que existe nas fronteiras do grande continente eurasiático, onde os aliados deveriam contornar e estacionar suas forças para evitar e conter qualquer transbordamento anfíbio das forças continentais além de seus territórios.

É sabido que, ao lado da China, uma das periferias da Eurásia no Oriente, os Estados Unidos contiveram a expansão japonesa e, em conjunto com as potências coloniais, contrabalançaram a projeção de poder do império asiático no qual o Japão se tornara até sua derrota em 1945. Para garantir a vitória dos aliados e manter o equilíbrio de poder mundial, Washington se posicionou ao lado da principal potência marítima na Europa contra a Alemanha e, na Ásia, esteve em guerra contra a principal potência marítima.

Ademais, indo além do contexto daquele momento onde o Japão era objeto dos estudos sobre estratégia nacional e arriscando-se nas previsões dos anos porvir, Spykman não deixou de comentar a respeito de uma poderosa China no futuro próximo –, ocultando ainda a influência do Japão na região, e antecipou, no ano de 1942, o que a geopolítica do Pacífico nos tem revelado claramente no atual século XXI: “uma China moderna, revitalizada e militarizada, com 400 milhões de habitantes [agora mais de um bilhão], vai ser uma ameaça não só para o Japão, mas também para a posição das potências ocidentais no Mediterrâneo Oriental” (SPYKMAN, 2008, p. 469).

A Geopolítica do Pacífico e a Nova Estrutura Bipolar

O mundo atual tem visto a concretização de muito do que avisaram geopolíticos e pensadores do início do século passado, o que evidentemente não surpreende, pois a análise de tais autores fundamentou-se em um ambiente estático, ainda imutável e atemporal que é a geografia. Enquanto ainda não possuímos tecnologia suficiente para destituir a geografia de sua forma natural obstaculizante frequentemente intransponível ou, quando possível, dificultosa e demorada, a mesma ainda permanecerá influenciando e favorecendo a ascensão de uns e a queda de outras potências. A geografia também nos permite avaliar se o Leste Asiático tenderá à bipolaridade ou à multipolaridade no século XXI, afetando os interesses das grandes potências ou determinando a intensidade das intrigas que possam surgir de um dilema asiático de oscilação entre cooperação e conflito.

A estrutura internacional contemporânea nos tem relevado que, conquanto os Estados Unidos continuem a única superpotência mundial,

eles não possuem hegemonia nas estruturas regionais, que podem divergir do padrão da estrutura global mantida pela ordem pós-Ialta. A perda de “*strength gradient*” inibe a capacidade da superpotência em expandir sua influência em regiões distantes, formando um status de paridade entre a superpotência e a(s) potência(s) regional(s) enquanto conforma as relações internacionais dentro de um equilíbrio de poder, bipolar ou multipolar, que coexiste com a estrutura unipolar (ROSS, 1999). Diante disso, Samuel Huntington, um dos propagadores desta ideia, apontou a estrutura pós-Guerra Fria como uma de natureza “unimultipolar” (FLEMES, 2010).

A Ásia do Pacífico se encontra em uma estrutura bipolar cuja estabilidade se verifica na inexistência de um poder capaz de desafiá-la. O Japão e a Rússia podem representar polos de poder, mas dadas as suas condições geopolíticas, não podem superar a bipolaridade do novo cenário. A China, no entanto, pode ser considerada atualmente a única potência regional, ainda que incompleta devido à falta da ilha de Taiwan na unidade territorial. Entrementes, os Estados Unidos, que não é um *hegemon* regional no Leste Asiático mas compartilha o status de grande potência com a China, formam com este último, a partir daí, uma relação de equilíbrio de poder. Isto significa que agora, no século XXI, há uma estrutura bipolar regional onde a China veste-se na posição de dominante do continente asiático e os Estados Unidos, na posição de dominante do Leste Asiático marítimo.

Com o fim da Guerra Fria e a crise da União Soviética, a China se manteve como a única potência continental da região-mundo, com exceção da aliança existente entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos, ainda que essa situação seja frágil e indeterminada⁸. Já no Sudeste Asiático, a China vem ampliando as relações com políticas regionalistas e com o aumento de sua participação no comércio exterior desses países. Entretanto, o mesmo se dá a partir de acordos firmados por Washington que há muito tem acesso aos portos mais importantes do Pacífico, como as instalações navais em Cingapura, Malásia, Indonésia e Brunei (ROSS, 1999, p. 85).

Devido à fraca presença do governo central da Rússia em suas periferias asiáticas enquanto a população chinesa ocupa o vácuo de poder do antigo território do império russo e considerando ainda o problemático

8 Robert Ross (1999) argumenta que ainda que os Estados Unidos possuam bases militares na Coreia do Sul, o país asiático busca aumentar os laços com a China para qualquer reconsideração dos futuros governantes norte-americanos, principalmente quando se trata de um potencial rearmamento japonês em combinação com as bases estadunidenses no país – receio de ambas as vizinhas continentais.

tamanho do Estado japonês que limita seu potencial militar e cujas expansões na história sempre tiveram resultados catastróficos para a economia japonesa à medida que a insaciabilidade por matérias-primas duplicava e sua dependência de importações destes recursos criavam as piores vulnerabilidades, a China e os Estados Unidos enxergam a si mesmos como futuros rivais, onde o primeiro tem capacidade de desafiar a supremacia marítima norte-americana, e, os Estados Unidos, de penetrar a esfera de influência chinesa na Ásia do Pacífico.

Os Estados Unidos e a China são, à vista disso, as duas grandes potências da Ásia do Pacífico e ambos os países possivelmente se engajarão em uma clássica rivalidade envolvendo a manutenção da influência e da segurança em uma estrutura bipolar que, diferentemente do sistema bipolar da Guerra Fria, será, nas palavras de Robert Ross, “relativamente estável e pacífica”, justificada, daí, pelas características geográficas das mesmas que as inclinam ao equilíbrio e à ordem regional. Isto, no entanto, não significa a inexistência de conflitos; pelo contrário, um sistema bipolar, assim como um sistema em transição à outra ordem internacional, tende a encaminhar a bipolaridade à prática de guerras localizadas, corridas armamentistas e conflitos provocados entre terceiros participantes. (1999, p. 97).

Uma ordem regional do Leste Asiático é uma realidade possível se levarmos em conta a atuação de uma estrutura bipolar de relações internacionais dentro de uma delimitada região. Diferente da multipolaridade de potências, em uma estrutura regional bipolar as grandes potências possuem interesses em jogo que as permitem assumir os encargos da ordem promovida dentro de suas esferas de influência e liberar certas atitudes *free-riding* de países mais fracos cujas tendências de afrontamento para com as grandes potências são negligenciáveis. A geografia tem um papel fundamental neste contexto, já que a distância entre a China e os Estados Unidos – impedindo uma total intervenção de uma na esfera de influência de outra -, dispensa a estas qualquer perigo de retaliação, tendo, por conseguinte, liberdade para imporem a ordem a seus aliados sem maiores preocupações⁹.

No Pacífico, a superpotência estadunidense, a grande potência regional em conjunto com a China, tem dois principais objetivos:

9 Para Kaplan (2013), a reunião da ilha de Taiwan com o continente chinês, satisfazendo a República Popular da China e refletindo a antiga imensidão do glorioso império chinês, faria com que as relações internacionais contemporâneas fossem finalmente regidas por uma verdadeira ordem multipolar global do século XXI.

o primeiro deles é manter uma presença estratégica nas questões regionais na intenção de evitar por meios militares qualquer tentativa de dominação por parte de alguma potência local. Para concretizá-lo, os Estados Unidos precisam do apoio dos Estados da região que se apresentam como temerosos para com a ascensão da potência regional e ofereçam as instalações necessárias às forças norte-americanas para que estas adiantem a presença.

Pelo fato de os Estados Unidos serem uma potência marítima extrarregional, a cooperação com uma potência marítima de menor escala na Ásia é importante à medida que suas capacidades se complementem e a última possa dispor aos Estados Unidos de instalações navais seguras e desenvolvidas. Além disso, considerando a miríade de ilhas que contornam o continente asiático, o acesso às mesmas possibilitaria à potência ocidental efetivas operações navais através do perímetro continental (ROSS, 1999). Levando em conta o peso econômico norte-americano, já podemos observar desde décadas atrás a conservação de alianças estratégicas promovidas pelos Estados Unidos nos Estados litorais. Com todas essas instalações à disposição no Sudeste Asiático, no Japão e na Coreia do Sul, o *hegemon* pode levar adiante uma política de *naval encirclement* contra a China.

O segundo objetivo principal consiste em assegurar o acesso aos recursos para si e para seus aliados na região, principalmente aqueles estratégicos que, como o petróleo, necessitam de um constante e crescente fluxo tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra. Compreendendo que o mesmo não busca imperativos estratégicos no continente nem compete por influência em terra, percebe-se que Washington visa a manter as rotas de comunicação intactas e seguras, bloqueando o fluxo para o continente quando julgar conveniente aos seus interesses em um conflito com sua maior rival no Leste Asiático. Enquanto tal atitude não seja questionada por uma China com recursos e confiança suficientes – já que a própria planeja tornar os mares próximos territórios chineses, os Estados Unidos mantém a estabilidade bipolar assegurando a Pequim que não interferirá na esfera de influência continental chinesa.

A Ásia do Pacífico teve um período relativamente estável e pacato na primeira década do século. A partir de 2001, ano dos atentados terroristas nos Estados Unidos, a superpotência focou sua política externa no Oriente Médio, reduzindo sua participação no Leste Asiático e permitindo, com isso, a ascensão chinesa sem muitas turbulências ao longo dos últimos anos. No entanto, mesmo com as guerras no Afeganistão e no Iraque, e à medida

que a China ganhava terreno diplomático na região em concomitância ao fato de sua economia continuar crescendo enquanto a dos Estados Unidos entrava em uma grave crise iniciada em 2008, a América manteve em grau elevado os fundos militares para o teatro Pacífico culminando no ato público do presidente Barack Obama, em 2010, quando ecoou que iniciaria o chamado “*pivot to Asia*”, referindo-se à mudança de estratégia norte-americana que faria ampliar ainda mais os laços de defesa e segurança com os países circundados pelo Oceano Pacífico de forma simultânea ao aumento de sua presença naval na região.

O termo “pivô”, que se traduz como um eixo em torno do qual gira algum objeto em especial, foi utilizado em 2012 por Obama e seu secretário de defesa, Leon Panetta, para explicar as diretrizes do documento “*Sustaining US Leadership Priorities for 21st Century Defense*” cuja pretensão era indicar a necessidade dos Estados Unidos de reorientarem suas atenções para a Ásia do Pacífico. A secretaria de Estado à época, Hillary Clinton, comentou em público, em um dos discursos descritos como “o mais abrangente surto de atividade diplomática e militar [...] das últimas décadas”, que os Estados Unidos estavam voltando à Ásia “para ficar”, relançando a APEC, criando a TPPA (*Transpacific Partnership Agreement*) e contando com o apoio dos seus antigos aliados na região (OLIVEIRA, 2013, p. 143-144).

Desde então os Estados Unidos tem praticado exercícios militares com o Japão em preparação para uma crise nas ilhas em disputa com a parte chinesa, além de ter assinado novos acordos com as Filipinas e a Austrália e restaurando, ainda, cooperações em matéria de defesa com a Nova Zelândia e a Indonésia. Obama também reverteu a tendência redutiva da presença norte-americana na Coreia do Sul, promovendo exercícios militares com o país e discutindo uma parceria estratégica entre Vietnã e os Estados Unidos.

A aproximação com os vizinhos chineses faz coro às admoestações do ex-assessor de segurança nacional do governo de Jimmy Carter e influente acadêmico de ciência política, Zbigniew Brzezinski, o qual, em 2012, lançou a obra *Strategic Vision* sugerindo aos próximos governos norte-americanos que nutram a consciência da necessidade de os Estados Unidos se tornarem *the balancer* e *the conciliator* das relações de poder na Ásia (BRZEZINSKI, 2012, p.185), o que significa que Washington deveria admitir e aceitar a proeminente realidade geopolítica da China na região-mundo do Leste Asiático, mas ao mesmo tempo manter sua significativa

presença no Extremo Oriente, principalmente, através da benquista permanência das alianças com a Coreia do Sul, o Japão, as Filipinas, Cingapura e Indonésia – “tendo a China aprovado ou não¹⁰” (Idem, p.174).

Os movimentos no tabuleiro de xadrez asiático nos auxiliam a constatar que a estratégia do *pivot to Asia* vem cercado o Estado chinês em sua própria esfera de influência fazendo com que Pequim reaja além da retórica; ou seja, com políticas concretas para os vizinhos. Com isso, a China tem aumentado sua participação no comércio com a Coreia do Norte, se retirando das negociações sobre o desarmamento nuclear norte-coreano (*the six-party talks*) e se tem feito mais presente em locais disputados com os vizinhos, por exemplo, próximo às ilhas japonesas e no mar vietnamita – neste último, anunciando planos de extração de petróleo nas fronteiras ainda não reclamadas por ambas as partes.

A intensa participação da diplomacia dos Estados Unidos nas periferias da China tem levado Pequim a concluir que o país do Norte não tem visionado um engajamento estratégico e, acima disso, tem ignorado a necessária sensação de segurança tão cara aos interesses chineses em suas fronteiras. Daí, Washington transmite a ideia de que somente com políticas beligerantes a China poderá afastar os Estados Unidos de sua crescente presença nos territórios vizinhos cuja tensão sobre a soberania de disputadas ilhas tenderá a se manifestar em discursos nacionalistas entre os países da região. Segundo Ross, na revista *Foreign Affairs* de 2012¹¹:

Herein lies the great irony of the pivot: a strategy that was meant to check a rising China has sparked its combativeness and damaged its faith in cooperation.

Não podemos nos olvidar da história dos sistemas internacionais nem ignorar como se dão as mudanças resultantes da alteração no poder e recursos das potências de uma determinada era. A História, a grã-mestre das ciências sociais, nos ensina que de tempos em tempos o declínio de uma superpotência causado por fatores internos e externos, como crises

10 É importante ressaltar que Brzezinski não compartilha a ideia de um futuro pessimista na relação entre os Estados Unidos e a China e procura expor a necessidade de firmar uma parceria estratégica com Pequim no sentido de manter o equilíbrio de poder consentido entre as duas potências na Ásia.

11 Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138211/robert-s-ross/the-problem-with-the-pivot>>. Acesso em: 15 dez 2014 .

econômicas e super extensão dos interesses nacionais, estimula atitudes mais ofensivas a fim de assegurar seu posto e o respectivo *status quo*.

Essas atitudes podem incitar as potências em ascensão a refletirem sobre os custos em manter a submissão à atual ordem internacional ou, dependendo dos riscos envolvidos, desafiar a ordem e oferecer um novo sistema de ordenação das relações entre os Estados-nação desenvolvida por si mesma e para aquelas outras que se veem com a mesma sensação de descontentamento. Segundo Gilpin (1981, p.10), “um Estado tentará alterar o sistema internacional se os benefícios esperados excedam os custos esperados (ou seja, se houver uma possível rede de ganhos)”.

The rising state or states in the system increasingly demand changes in the system that will reflect their newly gained power and their unmet interests. Finally, the stalemate and issue of who will run the system are resolved through armed conflict (Idem, p. 33).

O que podemos esperar dos próximos anos é até que ponto a estrutura bipolar manter-se-á estabilizada quando a crise da colossal dívida norte-americana e dos demais problemas domésticos que a afligem torná-la demasiadamente sensível ao aumento da influência da grande potência chinesa na Ásia. Caso a decisão se baseie em uma estratégia de pressão ou contenção do Estado chinês em sua própria esfera de poder regional, podemos esperar conflitos que inevitavelmente levariam a uma catástrofe política e econômica para ambas as potências e para os países envolvidos direta ou indiretamente nas questões asiáticas – já que, como bem sabemos, o planeta vive no auge da interdependência das nações.

Por outro lado, se os Estados Unidos escolherem retirar-se do cenário do Pacífico total ou parcialmente, isto é, deixando a competência para sua aliada tradicional, o Japão, esta última seria levada a desenvolver capacidades de projeção de poder capazes de transformar a estrutura regional em um sistema multipolar, já que Tóquio veria a necessidade de assumir um grande peso no equilíbrio regional de poder. Uma relação multipolar entre a China, o Japão e os Estados Unidos ou uma relação bipolar pura entre a China e o Japão seriam ambas custosas para a promoção da estabilidade que deveriam propor os Estados Unidos para a região-mundo a oeste de seu território.

Além disso, a construção de um arsenal japonês para a sua consequente adesão ao palco das grandes potências levaria Tóquio e

Washington a um possível conflito mitigado até hoje pela consentida dependência japonesa do apoio norte-americano se considerarmos o fato de estarmos tratando de duas potências marítimas com capacidades militares em um mesmo e disputado cenário geopolítico. Para Ross (1999), o preço da retenção estadunidense seria a inversão da dependência japonesa para com os Estados Unidos para uma em que os Estados Unidos se tornariam dependentes do Japão para a segurança das rotas marítimas asiáticas.

Uma Doutrina Monroe de Olhos Puxados

James Holmes, professor associado de estratégia na *US Naval War College*, publicou um artigo em 2011, no sítio *The Diplomat*¹², sistematizando a Doutrina Monroe. A razão para isto se deu, de acordo com o autor, na utilização quase universal que a doutrina vem tendo ao longo das décadas, separando-se de um mero conjunto de circunstâncias nas quais foi criada e ressoando entre as estratégias de diversas potências que, aparentemente, compartilham alguns aspectos em comum desde o antigo século XIX americano.

A Doutrina Monroe foi criada e proferida pelo presidente James Monroe e seu secretário de Estado John Quincy Adams em 1823 na tentativa de evitar qualquer esforço de colonização ou fundação de Estados-fantoches por parte dos impérios europeus em uma possível reclamação de suas antigas possessões na América. Ainda que sem recursos militares suficientes para o cargo de polícia hemisférica, os Estados Unidos insinuaram que seriam responsáveis pela segurança da região como um todo indivisível; ou seja, qualquer ato de subjugação em direção aos países americanos seria considerado também uma ameaça aos Estados Unidos.

A mensagem do executivo norte-americano se fundamentou em dois princípios básicos: afastar qualquer conquista territorial no continente e proibir relações de clientela entre os países americanos e os europeus. Em poucas palavras, a Doutrina Monroe buscava o congelamento do *status quo*. Isto, evidentemente, não sugeria que os Estados Unidos estavam isolando a si e a seus vizinhos de todo contato com o exterior, a intenção, de fato, era declarar que não havia mais espaço para interesses unilaterais extrarregionais que pudessem por em risco a soberania e a autodeterminação dos povos da América. Porém, a doutrina não fincou raízes apenas no continente americano e nem apenas no século XIX e foi

12 Disponível em: <<http://thediplomat.com/2012/06/chinas-monroe-doctrine/>>. Acesso em: 2 dez 2014.

adotada por outros países em situações semelhantes ao que ocorrera com a ascensão dos Estados Unidos.

Diante disso, podemos perceber as variações tomadas na Ásia a partir do modelo monroísta original. Tais variações podem ser encontradas há anos atrás, na década de 60, quando Jawaharlal Nehru, primeiro ministro indiano, usou a doutrina para justificar sua proibição à presença portuguesa na cidade de Goa, apontando, ainda, que a Doutrina Monroe seria a política materna, ou o berço, da qual se formularia uma estratégia indiana para a projeção de poder na Ásia do Sul. A projeção visada por Nehru era na verdade a construção de marinha armada capaz de combater nos mares próximos.

Para sua arqui-inimiga em terra, a vizinha China, a Doutrina Monroe também teve sua participação nas reflexões políticas do Partido Comunista a ponto de Pequim sinalizar friamente seu desgosto em observar os Estados Unidos mantendo sua presença no quintal da República Popular Chinesa enquanto constrange a vontade chinesa em constituir sua própria política monroísta no Mar do Sul da China. Como já dito por oficiais chineses, o Mar do Sul da China é de *"indisputable sovereignty"*.

O que o futuro da política internacional nos reserva, por fim, é uma tentativa de consolidação chinesa dos territórios adjacentes como parte de seus perímetros soberanos. Isso não se fará sem óbices externos. A dificuldade em concluir onde começa e onde acaba o Oceano Índico e o Oceano Pacífico constrange ainda mais a relação entre os dois países asiáticos que buscam a própria afirmação sobre os recursos minerais lá existentes. O arco formado pelo gargalo do Estreito de Malaca, pela península Malásia e pelo arquipélago indonésio representa a fronteira de duas doutrinas com tendências monroístas que provavelmente levará ambos os Estados a uma corrida armamentista visando o controle da região estratégica.

No mais, não são apenas os interesses indianos que se chocam com a doutrina dos olhos puxados de um povo que se sente a cada dia mais ameaçado pela contenção que se forma ao seu entorno, alimentando um apego nacionalista tanto na mídia nacional quanto nos diversos setores de uma sociedade instruída. A crescente rivalidade entre a China e os Estados Unidos revela que o interesse nacional permanente de Pequim em criar uma nova *"esfera de co-prosperidade econômica"* no Leste Asiático não encontra vozes suficientes de apoio nem gestos simpáticos em Washington ou nas capitais próximas da China que, como o Japão, a Rússia, a península

coreana, os países do Sudeste Asiático, a Oceania e Taiwan, se encontram inevitavelmente sob a grande sombra chinesa. Como vimos, as relações internacionais pertencem, hoje, ao Oceano Pacífico.

CONCLUSÃO

Iniciamos o artigo com comentários sobre duas personagens brasileiras que se tornaram porta-vozes de um pensamento de aproximação com os países asiáticos e, em especial, com a China na intenção de fomentar a união da periferia do sistema internacional e com o desejo de criar uma sociedade internacional mais democrática e multipolar. A “Doutrina Menezes”, como ousamos batizar os escritos do diplomata Adolpho de Menezes, e o “diálogo de civilizações” urgido pelo sociólogo Gilberto Freyre, foram os primeiros passos de um pensamento original direcionado ao Oceano Pacífico e além.

Como expusemos anteriormente, nosso objetivo foi iluminar o cenário da geopolítica da Ásia do Pacífico cujo oceano banha a costa ocidental do nosso subcontinente para estimular pesquisas que enfoquem os desafios que venham a surgir a oeste de nosso território. Isto, por fim, exige de nós um estudo prospectivo que garanta uma estratégia de ação para a proteção dos interesses das nações sul-americanas onde o Brasil encontra-se como um incipiente líder regional. A necessidade de promover essa reorientação quanto ao papel do Oceano Pacífico para o Brasil e especificamente para o subcontinente sul-americano como um sistema integrado e cooperativo é a conclusão que encerra este ensaio.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

_____. *Strategic Vision: America and the crisis of global power*. New York: Basic Books, 2012.

CABRAL, Severino. *Brasil Megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. O Brasil, a China e Macau: ponte entre mundos e diálogo das civilizações. *Revista Intellector*, Rio de Janeiro, ano 11, v. 3, n. 05, p. 01-06, jul./dez. 2006.

CABRAL, Severino. A China como Potência Militar Global: se, quando, como? In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sergio; ALSINA, João Paulo (orgs.). *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

COSTA, Darc. *Estratégia Nacional: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

_____. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DA COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

FLEMES, Daniel (org). *Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*. Farnham: Ed. Ashgate, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1953.

GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global: a economia mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *War & Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge Press. 1981.

GONÇALVES, Williams. A Presença da China na África In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sergio; ALSINA, João Paulo (orgs.). *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

KAPLAN, Robert. *A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2013.

_____. *Asia's Cauldron: the South China Sea and the end of a stable Pacific*. London: Random House, 2014.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex. 1998.

MAHAN, Alfred T. *The Problem of Asia and its Effect upon International Politics*. Boston: Ed. Little, Brown and Company. 1905.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Brasília: FUNAG, 2012.

NEDAL, Dani K. A Presença da China na América Latina e suas Implicações para o Brasil. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (orgs). *O Brasil e a Governança Global: que tipo de liderança é possível?* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A Reorientação Estratégica dos EUA para a Ásia-Pacífico. *Política Externa*. São Paulo, v. 21, n. 4, p. 143-156, abr./mai./jun. 2013.

ROSS, Robert S. The Geography of Peace: East Asia in the Twenty-first Century. *International Security*, Cambridge, v. 23, n. 4, p. 81-118, Spring 1999.

SPYKMAN, Nicholas. *America's Strategy in World Politics: the United States and the balance of power*. 2. ed. New York: Transactions Publishers, 2008.

WEIGERT, Hans W. *Geopolítica: Generales y Geografos*. Pánuco. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

Recebido em: 15/02/2015

Aceito em: 10/04/2015

